



ATELIÊ[^] **técnico-científico**

Caderno de Resumos de Guarapari

2019.01

www.doctum.edu.br



Ateliê Técnico Científico: caderno de resumos de Guarapari

ANAIS – 1º Semestre de 2019

Ano IV – Volume I

ISSN: 2526-8627

**Ateliê Técnico-Científico: Caderno de Resumos de Guarapari é uma publicação
semestral da unidade Doctum de Guarapari.**

Rede de Ensino Doctum – Instituto Ensinar Brasil

Sumário

DIREITO DEMOCRACIA E CIDADANIA - MULTICULTURALISMO	5
Bruno Modolo, Cassiany Fregonassi, Gabriela Bridi, Marqueli Dadalto, Mylena Geanizelli, Nicolas Pulier, Sandy Salarolli, Welliton Roveta, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.....	5
DIREITO DEMOCRACIA E CIDADANIA - MULTICULTURALISMO	6
Erisvaldo Santos do Nascimento, João Victor Dalapicola Nascimento Antunes, Lucyana Inês Barbosa Tessarolo, Marcos Paulo Gomes Aguiar Vieira, Renata da Silva Barboza, Rilarly Silva da Cunha, Rodney Pereira de Souza Júnior, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.....	6
A JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	7
A JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	8
Ana Flávia Arpini, Angélica Paiva Pereira, Edivânia Ricieiri Simões, Jorge Campos da Silva Filho, Josemar Pereira Albino, Luana da Silva Ferrari Braga, Lucelli da Silva Barboza, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.	8
ASSÉDIO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: ATUAÇÃO DA COORDIGUALDADE	9
Ayslan Torezzani, Fagner Fernandes, Isadora Barbosa, Leonardo Lima Martins, Maria Cláudia Cardoso de Oliveira Zuqui, Sandy Cavalcanti e Victor Barcelos Moraes, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.....	9
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	10
Djane Campos Sarno Pereira, Felipe de Souza Breda, Flávio Roberto Pereira, João Vitor Vasco Nascimento, Júlio César Carminati Simões e Rafaela Santamarinha da Costa, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.	10
ANÁLISE DA REFORMA TRABALHISTA À LUZ DO ARTIGO 7º DA CF/88	11
Aliny Justo Delfino, Izabela Duarte Gomes Gratex, Malena Silva Faustino e Michele Souza dos Santos, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.	11
APLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL ANALISADA COM A LENTE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	12
Cláudio Aparecido Augusti, Emanuela Bottecchia Bergami, Leticia Magna Lopes Nascimento, Luciene Ferreira dos Santos e Vanessa Borges de Assis, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia	

Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel,
Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany..... 12

DIREITO DEMOCRACIA E CIDADANIA - MULTICULTURALISMO

Bruno Modolo, Cassiany Fregonassi, Gabriela Bridi, Marqueli Dadalto, Mylena Geanizelli, Nicolas Pulier, Sandy Salarolli, Welliton Roveta, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.

RESUMO

Trata-se o presente trabalho de fichamento de citações da dissertação de mestrado de Carolina Giodani Kretzmann, denominada Multiculturalismo, identidade e reconhecimento: em busca da emancipação dos “diferentes”. O tema abordado pela autora pode ser traduzido através das ideias de multiculturalismo, justiça multicultural, cidadanias plurais e direitos coletivos. Aponta-se para a necessidade de se superar o discurso universalista, o qual não se atenta para as diversidades culturais existentes nas sociedades modernas, fato este que conduz ao desrespeito de tais culturas. O recorte do texto são as comunidades tradicionais brasileiras, que não têm sido protegidas e preservadas, ocasionando uma grande perda cultural para as gerações atuais e as futuras. O trabalho se estrutura a partir de estudo bibliográfico e adoção da metodologia analítica. A autora conclui que o respeito pelas culturas tradicionais brasileiras será alcançado a partir da instauração de diálogos interculturais que possibilitem a compreensão das diversas culturas.

Palavras-chave: Multiculturalismo; Universalismo; Comunidades tradicionais brasileiras.

DIREITO DEMOCRACIA E CIDADANIA - MULTICULTURALISMO

Erisvaldo Santos do Nascimento, João Victor Dalapicola Nascimento Antunes, Lucyana Inês Barbosa Tessarolo, Marcos Paulo Gomes Aguiar Vieira, Renata da Silva Barboza, Rilarity Silva da Cunha, Rodney Pereira de Souza Júnior, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.

RESUMO

Cuida-se de fichamento de citações do texto *Multiculturalismo, identidade e reconhecimento: em busca da emancipação dos “diferentes”*, de autoria de Carolina Giodani Kretzmann, o qual é parte integrante da dissertação de mestrado da autora. Trata-se do tema do multiculturalismo, o qual se traduz na necessidade de respeito às diferenças e à identidade das diversas culturas que convivem numa sociedade moderna. A autora defende a busca pela superação do que denomina monoculturalismo ocidental, com expressivos traços dominantes e opressores das demais culturas, fato este que o torna responsável pela atual situação de degradação ambiental e cultural. O trabalho possui enfoque nas comunidades tradicionais brasileiras, salientando a necessidade de se preservar e proteger o patrimônio cultural para as presentes e futuras gerações. A autora parte de revisão bibliográfica e desenvolve seu trabalho a partir do método analítico, com raciocínio demonstrativo. Conclui-se pela necessidade de diálogo intercultural, o qual terá início a partir da compreensão entre as culturas.

Palavras-chave: Multiculturalismo; Diversidade cultural; Patrimônio cultural.

A JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Leonardo Vieira de Souza, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo tratar do tema da Judicialização dos direitos fundamentais e seus métodos de acesso, bem como principalmente discutir a importância desta ferramenta e seu tratamento como apenas uma ferramenta, e não um fim em si, que deveria ser o financiamento de forma correta da atenção básica, e baixa, média e alta complexidade por meio das normas Constitucionais e da Lei Orgânica do SUS.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Judicialização; Saúde.

A JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Ana Flávia Arpini, Angélica Paiva Pereira, Edivânia Ricieiri Simões, Jorge Campos da Silva Filho, Josemar Pereira Albino, Luana da Silva Ferrari Braga, Lucelli da Silva Barboza, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.

RESUMO

Os direitos sociais estão disposto na Constituição Federal de 1988 em seu art. 6º, um rol de direitos que garantem as condições mínimas de qualidade de vida. Entre eles, elenca-se a Saúde. O presente trabalho tem o prisma de explanar sobre a judicialização dessas garantias, frisando a Saúde, já que nos últimos tempos, o acesso à Saúde tem sido muito procurado pela via judicial para ter esse direito garantido e efetivado. O trabalho contará para sua elaboração a metodologia de pesquisa bibliográfica, onde por outros estudos já feitos anteriormente, tira-se as informações basilares para o desenvolver do artigo.

Palavras-chave: Constituição; Judicialização; Saúde.

ASSÉDIO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: ATUAÇÃO DA COORDIGUALDADE

Ayslan Torezzani, Fagner Fernandes, Isadora Barbosa, Leonardo Lima Martins, Maria Cláudia Cardoso de Oliveira Zuqui, Sandy Cavalcanti e Victor Barcelos Moraes, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.

RESUMO

Este resumo expandido trata a respeito da COORDIGUALDADE – Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidade e Discriminação nas Relações de Trabalho, coordenadoria que tem como meta a definição de estratégias coordenadas e integradas de política, de atuação institucional no combate à exclusão social e à discriminação no trabalho, fomentando a troca de experiências e discussões sobre o tema. Os temas abordados estão relacionados com o princípio da dignidade da pessoa humana, que é um valor moral e espiritual inerente à pessoa, ou seja, todo ser humano é dotado desse preceito, que constitui o princípio máximo do Estado Democrático de Direito, elencado no rol de Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira de 1988. O trabalho a seguir tem como escopo as relações de trabalho e o trato do empregador em relação às suas atitudes no dia a dia da empresa, para com o trabalhador.

Palavras-chave: Coordigualdade. Assédio. Direito do Trabalho.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Djane Campos Sarno Pereira, Felipe de Souza Breda, Flávio Roberto Pereira, João Vitor Vasco Nascimento, Júlio César Carminati Simões e Rafaela Santamarinha da Costa, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.

RESUMO

Este resumo expandido tem como objetivo analisar as relações existentes entre as pessoas com deficiência, a discriminação e o mercado de trabalho. Criada em 1991, a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (PCD) veio como forma de aumentar a participação desses profissionais no mercado de trabalho, visando a que as oportunidades devam ser iguais para todos os cidadãos. Por isso, interessa a cada empresa a responsabilidade em treinar e capacitar seus empregados, com o objetivo de aumentar a produtividade dos trabalhadores.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Discriminação. Dignidade da pessoa humana.

ANÁLISE DA REFORMA TRABALHISTA À LUZ DO ARTIGO 7º DA CF/88

Aliny Justo Delfino, Izabela Duarte Gomes Gratex, Malena Silva Faustino e Michele Souza dos Santos, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.

RESUMO

O presente resumo expandido tem como escopo demonstrar os principais pontos do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que tratam acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social. Este trabalho tem como base os incisos VIII, XI, X e XI, do mencionado artigo e a legislação infraconstitucional aplicável, alterada pela Reforma Trabalhista, vigente desde novembro de 2017. Insta destacar que após a aprovação da Reforma Trabalhista muitas dúvidas surgiram em relação aos direitos do trabalhador, como, por exemplo, o que poderá ser negociado ou não, em sede de acordo coletivo. No entanto, os direitos que estão previstos na Constituição não poderão sofrer alterações, ou seja, o que está previsto na constituição permanece por ser de maior peso dentro da legislação. A presente pesquisa tem envolvimento com as disciplinas de Direito Constitucional e Direito do Trabalho (previsto na CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas), que é de suma importância na estrutura curricular do curso de Direito.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista. Constituição Federal. Proteção salarial.

APLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL ANALISADA COM A LENTE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Cláudio Aparecido Augusti, Emanuela Bottecchia Bergami, Leticia Magna Lopes Nascimento, Luciene Ferreira dos Santos e Vanessa Borges de Assis, Cristina Celeida Palaoro Gomes, Patricia Barcelos Nunes de Mattos Rocha, Mariana Mutiz de Sá, Rubens dos Santos Filho, Gildazio Klippel, Kélvia Faria Ferreira, Antonio Ricardo Zany.

RESUMO

Este resumo expandido tem como finalidade estabelecer a avaliação dos efeitos do art. 7º, XV, XVI, XVII e XXIX, CF/88, sem o intuito de esgotar o assunto. Foram estabelecidas considerações sobre os referidos dispositivos e seus alcances nas relações trabalhistas, apresentando os direitos e benefícios trazidos ao trabalhador. Para tanto, o estudo foi firmado na Constituição de nosso País, na CLT e na legislação correlata, e assim conseguiu-se formar o entendimento ora apresentado, trazendo-se à luz alguns aspectos inseridos pela Reforma Trabalhista de 2017. Buscou-se uma linguagem clara, mesclando-se com exemplos práticos, para que o tema fosse necessariamente explanado.

Palavras-chave: CLT. Constituição Federal. Proteção ao trabalho.